



# GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: PARTICIPAÇÃO POPULAR E SOCIAL

**Lauricéa Francisco Da Silva**

## RESUMO

A gestão democrática da escola pública se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade na educação, como exercício da cidadania, uma vez que contém o princípio da participação da sociedade. Tendo em vista as dificuldades de controle social mediante a participação dos conselhos escolares no processo educativo e a busca por um melhor direcionamento quanto a gestão democrática. O presente estudo tem como objetivo analisar a participação popular e social na gestão pública escolar, tendo como pressuposto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que sugere as escolas uma gestão democrática e participativa.

**Palavras-Chave:** Democracia, Gestão Pública, Controle Social, Conselho Escolar, Participação Popular.

## INTRODUÇÃO

A gestão democrática e a participação popular e social na organização escolar, despertaram nosso interesse a partir das observações e reflexões sobre a participação da comunidade no que se refere ao âmbito público, principalmente a educação.

A abordagem vai de encontro com a democratização brasileira que contempla a descentralização político-administrativo prevista na Constituição de 1988 que vem dá respaldo a interferência popular da gestão pública. Onde amplifica-se com a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) que prima por uma gestão democrática.

Mediante determinados aspectos, serão analisados a importância da democracia na escola, como também a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), participação cidadã aferindo caminhos para uma democratização com eficácia.



Segundo Saviani (2008), na história da educação, a escola sempre foi seletiva onde poucos tinham privilégios. A sociedade por sua vez, exclusora daqueles que julgara inaptos, assim sendo, originou-se a primazia de uma escola antidemocrática e excludente.

Apenas recentemente tem havido um maior empenho em universalidade a educação de forma a torna-la acessível e integrada de todos os alunos, apesar da sua heterogeneidade social e cultural, numa perspectiva de escola inclusiva (ALARCÃO, 2007, p. 2001)

Neste enquadramento enveredamos numa perspectiva de uma gestão escola pública democrática, processualmente, como condição de sucesso e qualidade educativa.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma escola do município de Pedras de Fogo-PB, com o objetivo de investigar a existência de uma gestão democrática na educação pública e a participação popular, utilizou-se pesquisa bibliográfica, com estudo descritivo, através de abordagem qualitativa por meio da observação. Percebe-se a resistência de alguns funcionários da escola e pessoas da comunidade em participar dos conselhos escolares

### **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO**

A gestão democrática no âmbito educacional é uma preocupação que vem sendo estudada desde a constituição de 1988 com a descentralização da educação já inserida na Lei de Diretrizes e Bases dentro dos seus princípios.

Na gestão democrática merecem destaque as relações humanas como uma das ferramentas fundamentais, as relações humanas são muito importantes seja na vida pessoal e ou profissional, por meio delas é que se consegue “fazer” como pessoas, como seres humanos. Este fato se confirma quando observamos os relacionamentos sociais.

Outro aspecto presente nas relações humanas é a administração dos conflitos existentes no âmbito escolar, uma vez que em todo setor existem as divergências.

O líder democrático é aquele que lança mão de certo tipo de poder, com base em determinada perspectiva com fundamentos para entendimento mútuo, que apoia determinado método de diálogo e negociação e tem certo produto como objetivo.

Hoje em dia nenhum homem consegue realizar um trabalho sozinho, e tem que executar a capacidade de escutar os outros, colocar-se no lugar deles, numa atitude de aceitar e entender suas limitações a partir da compreensão de que relacionar-se é uma troca entre dar e receber e ao mesmo tempo uma abertura para o novo.

No papel de líder democrático, o gestor deve atuar como negociador de conflitos, pois ele é aquele que lança mão de certo tipo de poder, o poder dos iguais com base em determinada perspectiva com fundamentos para entendimento mútuo, que apoia determinado método de diálogo e negociação e como produto: Seus objetivos alcançados. A gestão democrática, ela deve ser desenvolvida a partir de ações participativas, onde se vê a necessidade de colaboração das pessoas envolvidas no processo administrativo e pedagógico nas tomadas de decisões, tendo como referência o próprio diretor.

A gestão democrática se dá não somente pela inserção dos conselhos escolares, mas por todas as ações que envolvem uma administração pública educacional, no caso além dos conselhos escolares, a gestão abrange também o projeto político pedagógico com todos os seus desafios (avaliação, currículo, planejamento, formação continuada para educadores), a administração dos recursos e a sua transparência.

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES DE SUA IMPORTÂNCIA**

Pela primeira vez no Brasil, há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que detalha aspectos pedagógicos da organização escolar, o que mostra bem o valor atribuído a essa gestão pela atual legislação educacional.

É preciso destacar que o projeto político-pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários a sua importância e as formas de gerenciamento. Um projeto político pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentada as autoridades superiores.

A primeira etapa de elaboração do projeto pedagógico da Escola engloba o diagnóstico como a definição de diretrizes, refletindo sobre a educação, buscando esclarecer as funções e finalidades da escola, sua inserção na comunidade, seus princípios, valores e política educacional.

Segundo Libâneo (2004), Projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico é a expressão da cultura da escola, impregnada de crenças, valores significados, modos de pensar e agir das pessoas que participam da sua elaboração. Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade.

O Projeto Político Pedagógico, geralmente existe nas escolas, os professores até participam do planejamento, mas a prática na realidade é difícil. Há vários fatores que impossibilita a prática, pois não depende só dos professores e gestores. É necessário também recursos financeiros, por exemplo, se há deficiência em uma das disciplinas, são necessários reforços na determinada disciplina e é necessário contratar pessoas extra para o reforço.

Os responsáveis no funcionamento do PPP, não é só a direção, mas também a coordenação, professores, alunos, família, secretaria da rede.

Temas que fazer o PPP, um plano concreto nas nossas escolas, o PPP é uma forma de tornar as escolas democráticas. O PPP, leva ao aluno aprender melhor, através das ações planejada, leva o professor a melhorar a qualidade do ensino, e com certeza aumentará o rendimento escolar. Onde precisa-se posicionar-se nas principais caracterizações escolar como taxas de evasão e abandono, índices de reprovação, aproveitamento em avaliações externas ou internas, disciplinas críticas, esses dados são de grande relevância.

De acordo com a caracterização é necessário o plano de ação para chegarmos a diagnose, onde precisa-se planejamento do diagnóstico, realização do diagnóstico, problematização dos dados obtidos, reelaboração de reunião de formação com professores, replanejamento das atividades.

Temos que fazer o PPP, um plano concreto nas nossas escolas, o PPP é uma das formas de democratizar as escolas, tornando assim uma gestão participativa e democrática.

Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e Sociedade.

A participação da sociedade debatendo em suas organizações, dialogando com o Estado e realizando o controle social é muito importante para garantir que os políticos atendam de fato, as necessidades prioritárias da população, para melhorar os níveis de qualidade dos serviços e também para fiscalizar a ampliação dos recursos públicos.

O controle social contribui para a democratização da gestão pública, através do envolvimento de vários atores da sociedade, cada qual com suas necessidades e interesses específicos.

As conferências, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos constituem espaços importantes para concretização do exercício do controle social. São espaços de diálogos e deliberação direta entre representante da sociedade civil do governo.

Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos fundamentais de controle social das políticas setoriais nos níveis municipal, estadual e federal, previsto em lei. A eles compete deliberar políticas e aprovar planos, fiscalizar as ações e a utilização dos recursos, aprovar ou rejeitar prestações de contas feita pelo poder público e emitir normas.

Portanto, os conselhos são constituídos por um colegiado, representado por membros da sociedade envolvida nas atividades da educação. Elabora o seu próprio regimento interno, disciplinando sua organização adaptada à realidade do município.

### **CONSELHO ESCOLAR, PEÇA FUNDAMENTAL PARA O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA**

A escola, no entanto, seguindo a nova ordem política, coube a ruptura com os paradigmas tradicionais de educação e, neste sentido, muitas tendências pedagógicas penetraram em seu interior, fazendo aflorar outros ideais na construção do novo cidadão democrático.

Na política educacional pedrafoguense, percebe-se o reflexo dessa tendência de ação ligada à democratização das relações nas escolas com a criação, no plano municipal, dos Conselhos Escolares, possibilitando, com esse instrumento, a abertura de um canal de comunicação entre escola e comunidade, uma vez que no seu interior estão representados diferentes seguimentos sociais, e também, podendo tornar aquela, um espaço político de construção da cidadania.

O conselho é a estrutura representativa que, juntamente com o diretor, compõe o núcleo de decisão da escola. Porém, isso exige a definição de uma nova cultura baseada na democracia, na participação e no diálogo, na construção de um espaço dentro da escola onde os pais, os funcionários, os alunos, os professores, enfim, toda a comunidade escolar possa conjuntamente opinar, decidir sobre os problemas, necessidades e prioridades da escola.

Certamente essa não é uma tarefa fácil, porque, inicialmente, devem ser quebrados os vícios autoritários plantados na escola, como decisões vindas de cima para baixo, centralização de ações, dentre outros. A construção desse tipo de relação na escola, demanda além de tempo, a atenção para sua construção de forma coletiva e o trabalho participativo de todos os segmentos presentes na escola e os que estão externamente interligados a escola pela comunidade.

### **CONSELHO ESCOLAR: CAMINHO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Segundo Werle (2003) a instituição dos conselhos escolares está diretamente relacionada ao princípio da gestão democrática do ensino público, que no texto constitucional, está comprometido com todos os demais princípios – liberdade, igualdade, qualidade, gratuidade e pluralismo – e sua consolidação deverá ocorrer e decorrer de sua efetivação. Esse pluralismo é uma vantagem pela aprendizagem e pelo desenvolvimento que proporciona aos componentes do conselho escolar, em decorrência da diversidade que o constitui. Consideramos que nos conselhos há variedades de posições, interesses, compreensões, alunos, diretor, funcionários.

Se a constituição se refere à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar, Werle (2003) diz que o conselho escolar é um espaço que fomenta todas as dimensões de liberdade. Liberdade de participar, de expor suas opiniões, de discordar, de ouvir, de encaminhar questões.



Assim sendo, o conselho escolar reaviva o sentido comunitário e do bem comum, podendo constituir-se em uma comunidade de solidariedade. O conselho escolar indica uma transferência de responsabilidade para sociedade, pena que a sociedade não está preparada para determinada responsabilidade, é preciso um trabalho de conscientização social para determinado fim, já que estamos primando por uma gestão democrática.

Cury (2001) também chama a atenção para as pessoas que compõem o conselho escolar, para que este não se desvie do seu princípio democrático e republicano e acabe se tornando um conselho tecnocrático. A função do conselho escolar é fazer também que a escola seja ou tenha uma gestão democrática.

Segundo Cury (2001, p. 55):

A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência de impessoalidade e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação que tem se revelado lá onde a sociedade civil conseguiu se organizar autonomamente, quanto ao empenho por reverter a tradição que confunde os espaços públicos e privados.

Sobre a questão da escolha dos participantes dos conselhos escolares, Marques (2007) ressalta que esses têm que ser cidadãos conscientes, responsáveis e livres, sendo capazes de decidir conscientemente o que se pode estar fazendo para tornar a escola um espaço mais justo, mais democrático e participativo. Sendo assim, os conselhos escolares seriam um espaço de luta política para aqueles que tiveram seus direitos negados.

O que na realidade há uma contradição, pois os membros dos conselhos escolares, na sua maioria são até mesmo forçados a participar depois de uma longa conversa, os mesmos não têm conhecimento de sua participação e se nega a participar das reuniões, e dá pouca importância quando são convocados a determinadas reuniões, alegando falta de tempo e em sua ignorância, alegam não serem remunerados para exercer determinada função.

A escolha dos integrantes do conselho escola deve observar as diretrizes do sistema de ensino. As experiências que já temos na escolha dos nossos governadores, por exemplo, pode ajudar nas escolhas desses integrantes que pode ser feita através da eleição, com a participação efetiva para que a democracia seja exercida da melhor maneira.

## A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A gestão democrática é fundamental para a comunidade escolar, embora se fala muito sobre gestão democrática e a LDB, prima por uma gestão democrática, ainda está distante de se colocar em prática na realidade. Logo, começa com o diretor das escolas, que na maioria das vezes é nomeada pelo prefeito ou governador por ser um cabo eleitoral do mesmo, esse diretor em vez de trabalhar para a comunidade escolar vai trabalhar para o político, gerir o trabalho escolar de acordo ou com que atenda a necessidade dos políticos. Onde deveria ser eleições para o cargo de diretor escolar, escolhido de forma democrática.

Muitos gestores não têm conhecimentos, suficientes para atuar como gestor, e se tiver alguém do grupo que tenha certo conhecimento e queira pôr em prática é visto como opositor, agitador.

É claro que a Educação no Brasil não é valorizada, e ainda mais quando se trata de uma educação com fim gestacional democrático.

Na gestão democrática todos saem ganhando, a comunidade escolar como um todo, ninguém está sozinho, reina um ensino de melhor qualidade e os recursos humanos são valorizados, vigorando a descentralização do poder do gestor, a escola e de todos e para todos.

A escola não é democrática só por sua prática administrativa. Torna-se democrática por suas ações pedagógicas e essencialmente educativas. (FONSECA, 1994, p. 491)

Sendo assim, partindo das ações e condições favoráveis há escolas que vem trabalhando em prol de uma educação de qualidade, independentemente de ser escolhido por políticos, fazem seu trabalho com empenho e dedicação de melhor forma possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da participação popular não é uma coisa pensada de fora para dentro, mais uma mudança de cultura, que é feita de dentro para fora numa compreensão e transformação de



consciência que vai aprimorando ao longo do tempo de forma lenta e contínua. Atualmente o Brasil encontra-se num processo de transição de culturas, se essa mudança viesse atingir no processo educacional e que os participantes entendessem as suas responsabilidades e suas atribuições, a comunidade realmente teria sua liberdade em relação ao sistema vigente. Entretanto, para que isso aconteça na prática é preciso separar a educação da politicagem e trabalhar para o povo e com o povo, numa perspectiva de liberdade.

Segundo Freire (1987) todo esse contexto social de opressão e da falta de democracia está relacionada a pedagogia do oprimido, portanto, o seu método dialógico, não é apenas um método ou uma teoria pedagógica, mas um caminho que propõe a libertação da opressão que predomina na nossa sociedade.

O que observamos é que a sociedade é alheia com relação ao envolvimento nos conselhos, não quer comprometer-se com o social, desde que seja recompensada financeiramente, portanto, isso é prejudicial para a própria sociedade, e de certa forma, para as instituições já que estão seguindo uma nova ordem política, fazendo aflorar outros ideais na constituição do novo cidadão democrático.

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do conselho da escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tornam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar, tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p. 145)

A participação pouco ativa dos representantes no conselho se dá devido a diversos fatores. Dentre eles, o desconhecimento da real função do conselho, falta de tempo para a função, não recebe remuneração para determinada função e até mesmo pela visão negativa a respeito de tal participação.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar/Luiz Fernando Dourado. Centro de Educação a Distância. 2008.

CURY, C. R. J. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIA, M. A. S. (org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Dirce Mendes da. **Gestão e educação**. In: **Revista e Sociedade**, ano IV, 7 de junho de 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MARQUES, L. R. **Trajetória de implantação dos conselhos escolares no Brasil**. In: BOTLER, A. H (org.) **Organização, financiamento e gestão escolar: subsídios para formação do professor**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 4ª ed. Campinas-SP: Brasiliense, 2008.